

Construtora Aterpa M. Martins S.A.

**Demonstrações financeiras
de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em
31 de dezembro de 2013**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Construtora Aterpa M.Martins S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Construtora Aterpa M.Martins S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.




Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Aterpa M.Martins S.A. e da Construtora Aterpa M.Martins S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2014


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG


Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2 "S" MG

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	32.903	22.617	49.765	39.213	Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	26.661	37.151	38.403	43.697
Contas a receber de clientes (nota 8)	240.079	202.482	258.171	226.495	Salários e encargos a pagar (nota 13)	11.703	14.682	15.593	19.080
Partes relacionadas (nota 27)	43.508	29.088	43.617	30.138	Adiantamento de clientes	65	5.548	10.003	15.281
Estoques	11.647	14.642	11.890	14.649	FINAME, FINIMP E LEASING (nota 14)	10.281	15.668	10.830	16.224
Adiantamentos	3.735	3.529	6.803	7.635	Empréstimos de capital de giro (nota 14)	36.071	31.530	38.565	31.530
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.535	9.305	7.650	9.425	Empréstimos - conta garantida (nota 14)	14.999	14.989	14.999	16.989
Outros impostos a recuperar	15.485	10.543	17.175	10.938	Empréstimos - com aplicação exclusiva (nota 14)	4.123	-	4.123	-
	<u>354.892</u>	<u>292.206</u>	<u>395.071</u>	<u>338.493</u>	Cessão de recebíveis com coobrigação	20.128	21.934	20.128	22.705
					Debentures públicas CVM Art. 476 (nota 15)	19.580	-	19.580	-
					Imposto de renda e contribuição social (nota 16)	235	100	511	395
					Impostos a recolher (nota 17)	4.452	3.342	5.947	4.640
					Programa de recuperação fiscal - REFIS (nota 18)	2.699	-	2.818	145
					Tributos a recolher diferidos (nota 20)	8.795	9.887	9.743	10.850
					Provisão para contingências (nota 26)	2.278	1.755	2.738	2.363
					Partes relacionadas (nota 27)	35.514	15.704	35.848	14.953
					Demais contas a pagar	14.135	17.758	2.998	15.491
						<u>211.719</u>	<u>190.048</u>	<u>232.827</u>	<u>214.343</u>
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					FINAME, FINIMP E LEASING (nota 14)	27.823	37.150	30.151	40.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	43.772	27.724	54.806	32.926	Empréstimos - com aplicação exclusiva (nota 14)	6.000	-	6.000	-
Depósitos judiciais (nota 25)	16.297	14.765	17.336	15.509	Debentures públicas CVM Art. 476 (nota 15)	24.990	-	24.990	-
Demais contas a receber	108	169	394	357	Debentures com partes relacionadas (nota 15)	91.788	42.978	91.788	42.978
	<u>60.177</u>	<u>42.658</u>	<u>72.536</u>	<u>48.792</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	4.681	6.888	6.883	9.135
					Programa de recuperação fiscal - REFIS (nota 18)	4.417	-	4.599	287
					Provisão para contingências (nota 26)	5.161	14.425	5.916	14.766
					Dividendos propostos	4.872	9.931	4.872	9.931
					Outros	223	282	223	-
						<u>169.955</u>	<u>111.654</u>	<u>175.422</u>	<u>117.123</u>
Investimentos (nota 9)	47.343	46.423	4.031	4.006	Total do passivo	<u>381.674</u>	<u>301.702</u>	<u>408.249</u>	<u>331.466</u>
Intangível (nota 10)	13.486	13.600	16.297	16.427					
Imobilizado (nota 11)	111.711	117.356	131.207	139.774	Atribuído aos acionistas da controladora				
	<u>232.717</u>	<u>220.037</u>	<u>224.071</u>	<u>208.999</u>	Capital social (nota 21)	232.940	224.855	232.940	224.855
					Ajustes de avaliação patrimonial (nota 11)	8.692	13.211	8.692	13.211
					Prejuízos acumulados	(35.697)	(27.525)	(35.697)	(27.525)
						<u>205.935</u>	<u>210.541</u>	<u>205.935</u>	<u>210.541</u>
					Participação dos não controladores	-	-	4.958	5.485
					Total do patrimônio líquido	<u>205.935</u>	<u>210.541</u>	<u>210.893</u>	<u>216.026</u>
Total do ativo	<u>587.609</u>	<u>512.243</u>	<u>619.142</u>	<u>547.492</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>587.609</u>	<u>512.243</u>	<u>619.142</u>	<u>547.492</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita líquida dos serviços prestados (nota 22)	541.402	474.583	645.846	549.462
Custo dos serviços prestados (nota 23)	(489.882)	(466.202)	(596.901)	(545.222)
Lucro Bruto	51.520	8.381	48.945	4.240
Despesas administrativas (nota 23)	(39.097)	(60.073)	(49.525)	(69.542)
Outras receitas (Despesas) operacionais, líquidas (nota 23)	5.048	1.674	5.097	7.662
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	17.471	(50.018)	4.517	(57.640)
Receitas financeiras	3.912	1.879	4.410	2.085
Despesas financeiras	(34.553)	(12.970)	(36.894)	(13.254)
Resultado financeiro (nota 24)	(30.641)	(11.091)	(32.484)	(11.169)
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas e controladas (nota 9)	(13.344)	(7.625)	(3.695)	(3.247)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.514)	(68.734)	(31.662)	(72.056)
Imposto de renda e contribuição social (nota 19)	13.823	25.172	18.410	27.340
Prejuízo do exercício	(12.691)	(43.562)	(13.252)	(44.716)
Atribuível a:				
Acionistas controladores			(12.691)	(43.562)
Acionistas não controladores			(561)	(1.154)
Prejuízo por ação (nota 25)	(0,091)	(0,317)		
Quantidade de ações	139.665.620	137.628.000		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	<u>(12.691)</u>	<u>(43.562)</u>	<u>(13.252)</u>	<u>(44.716)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(12.691)</u></u>	<u><u>(43.562)</u></u>	<u><u>(13.252)</u></u>	<u><u>(44.716)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuíveis aos acionistas da controladora								
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de Lucros			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reservas de Retenção	Dividendos adicionais propostos				
Em 31 de dezembro de 2011	148.763	17.214	9.236	66.958	13.866	-	256.037	1.148	257.185
Integralização de capital	76.092	-	(9.236)	(57.158)	-	-	9.698	-	9.698
Saldo de abertura de não controladores em novos investimentos	-	-	-	-	-	-	-	3.460	3.460
Outros	-	-	-	-	-	-	-	2.031	2.031
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(43.562)	(43.562)	(1.154)	(44.716)
Realização da Reserva de avaliação patrimonial	-	(4.003)	-	-	-	4.003	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(310)	(866)	-	(1.176)	-	(1.176)
Dividendos propostos	-	-	-	2.544	(13.000)	-	(10.456)	-	(10.456)
Absorção de Prejuízo	-	-	-	(12.034)	-	12.034	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	224.855	13.211	-	-	-	(27.525)	210.541	5.485	216.026
Integralização de capital	8.085	-	-	-	-	-	8.085	34	8.119
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(12.691)	(12.691)	(561)	(13.252)
Realização da Reserva de avaliação patrimonial	-	(4.519)	-	-	-	4.519	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	232.940	8.692	-	-	-	(35.697)	205.935	4.958	210.893

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do Exercício antes dos impostos	(26.514)	(68.374)	(31.662)	(72.056)
Ajustes por:				
Depreciação de Imobilizado	25.497	23.891	29.624	28.261
Equivalência Patrimonial	13.344	7.625	3.695	3.247
Provisões para Contingências	(8.741)	9.837	(8.475)	10.319
Provisão Devedores duvidosos	(179)	(114)	(179)	114
Prov. p/Pgto de Bonus e Gratificações	(2.350)	2.350	(2.465)	2.465
Ganho/Prejuízo na alienação de imobilizado	(75)	1.139	137	1.256
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.035)	(2.705)	(2.180)	(4.686)
Outros	(3.742)	2.934	(4.161)	4.039
	(3.795)	(23.417)	(15.666)	(27.041)
Variações no capital Circulante				
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	(37.418)	(81.732)	(31.496)	(99.155)
Redução (aumento) em partes relacionadas	5.390	1.885	7.415	(2.229)
Redução (aumento) em Estoques	2.995	(11.350)	2.759	(11.357)
Redução (aumento) em adiantamentos	(206)	1.420	832	(2.202)
Redução (aumento) em Imposto a Recuperar	(4.942)	(3.773)	(6.237)	(4.267)
Redução (aumento) em impostos diferidos	(2.581)	9.536	(2.758)	8.890
Redução (aumento) em depósito Judiciais	(1.532)	(10.546)	(1.828)	(11.176)
Redução (aumento) em outros ativos	61	1.955	(37)	1.767
Aumento (redução) em fornecedores	(10.490)	14.867	(5.294)	22.712
Aumento (redução) Salários e Encargos Sociais	(2.979)	7.281	(3.487)	10.419
Aumento (redução) impostos a pagar	1.111	(10.528)	1.307	(8.206)
Redução em adiantamento de clientes	(5.483)	(3.648)	(5.278)	6.085
Redução programa de recuperação fiscal - REFIS	7.115	-	6.984	(551)
Aumento (redução) em outros passivos	2.011	19.183	(6.462)	18.707
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(50.743)	(88.867)	(59.246)	(97.604)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(21.598)	(30.702)	(23.000)	(57.266)
Alienação de ativos imobilizados e intangíveis	2.331	1.242	2.342	5.266
Aquisições de ações em empresas coligadas e controladas	(14.264)	(25.185)	(3.306)	18.758
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(33.531)	(54.645)	(23.964)	(33.242)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Movimentação líquida de empréstimos e financiamentos/Debêntures	91.534	109.338	90.702	111.879
Integralização de capital	8.085	9.698	8.119	9.698
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(5.059)	(4.968)	(5.059)	(4.968)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	94.560	114.068	93.762	116.609
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	10.286	(29.444)	10.552	(14.237)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.617	52.061	39.213	53.450
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.903	22.617	49.765	39.213
	10.286	(29.444)	10.552	(14.237)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Construtora Aterpa M.Martins S.A. (“Aterpa” ou “Companhia”), anteriormente denominada Construtora Aterpa S.A. e suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo”), tem como principal atividade a prestação de serviços de engenharia, destacando-se a construção de obras civis, rodoviárias, ferroviárias, industriais, de saneamento e aquelas referentes à exploração de jazida de minério, incluindo escavação, carga e transporte de material.

A Aterpa é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2014.

(a) Alteração no quadro de acionistas

Durante o exercício de 2013 a Companhia realizou novas emissões de debêntures e equity, demonstradas abaixo (b), que resultaram na entrada de um novo acionista – LASA Participações S.A

Como resultado dessas mudanças e conforme demonstrado na nota explicativa 21, a composição do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é formada exclusivamente por acionistas pessoas jurídicas, com as seguintes participações do total de ações ordinárias:

JASA S.A.	96,29%
NEO Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações	2,75%
LASA Participações S.A.	0,96%

(b) Restruturação financeira

Durante o ano de 2013 a Companhia efetuou duas novas emissões de debêntures e um aditamento e consolidação à escritura de emissão de debêntures de 23 de maio de 2012. A composição dos vencimentos das operações, e o detalhamento sobre as especificações das mesmas, estão apresentados na nota explicativa nº 15.

(c) Controladas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes empresas controladas que fazem parte das suas demonstrações consolidadas:

Sonel Engenharia S.A., que tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia, com ênfase em obras de saneamento, instalações elétricas e hidráulicas e construção de estações de tratamento de água e efluentes,

SAF Participações Ltda., que tem como objetivo a participação em outras empresas,

J Dantas S.A. Engenharia e Construções, que tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia, com ênfase na construção de túneis e canalizações, e

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hidrelétrica Pimenta Bueno Ltda, que tem como objeto social a execução de projetos, a construção e a exploração hidrelétrica da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Urubu. (Fase green field)

A Sucursal Peru trata-se de subsidiária criada no Peru para exercer o mesmo objeto social da Construtora Aterpa M.Martins S.A.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de práticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de máquinas e equipamentos e veículos, na data de transição para CPC e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e obrigações contratuais do grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Normas novas que ainda não entraram em vigor

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC vigindo a partir de 2013 e que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Consolidação

Demonstrações consolidadas são as demonstrações financeiras de um conjunto de entidades (grupo econômico), apresentadas como se fossem as de uma única entidade econômica.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios básicos de consolidação previstos pelo CPC e apresentam os saldos das contas de todas as empresas controladas que fazem parte desse conjunto. A consolidação de controladas incorpora as contas totais de ativos, passivos e resultados e distingue a participação de acionistas não controladores no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidados, correspondente ao percentual de participação desses acionistas nas controladas.

O processo de consolidação contempla a eliminação dos investimentos registrados proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das controladas, dos saldos das contas patrimoniais que refletem operações entre a Controladora e as controladas, dos resultados não realizados nos estoques e das receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

A participação dos acionistas não controladores, nas empresas consolidadas, é demonstrada nos saldos das demonstrações consolidadas como pertencentes a terceiros.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Incluem ainda investimentos de alta liquidez com vencimentos em até 90 dias.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo Aterpa ("Grupo") compreendem Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber de clientes e demais contas a receber.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção em liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) falência do tomador ou outra reorganização financeira, ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação dos serviços executados até a data das demonstrações financeiras, ainda que representem valores parciais de contratos de obras em execução naquelas datas. São registradas ao valor justo e classificadas como Contas a receber de cliente e demais contas a receber, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo. Subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração considera como suficiente a provisão registrada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

2.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em controladas e em coligadas, com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa em sua administração, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

O exercício social das companhias consolidadas coincide com o da Companhia e o processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos, adotados de maneira consistente nas demonstrações aqui apresentadas: (i) eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo mantidos entre as companhias consolidadas, (ii) eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das controladas, (iii) eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas e, (iv) eliminação de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 **(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As demonstrações financeiras das controladas com sede no exterior são convertidas para reais utilizando-se os seguintes critérios:

- (a) Contas ativas e passivas, pela taxa de câmbio de fechamento;
- (b) Contas específicas no patrimônio líquido, pela taxa histórica das transações ou movimentações, e
- (c) Contas de resultado, pela taxa de câmbio média de cada mês.

2.8 Ativos intangíveis

Ágios (*goodwill*) foram apurados em aquisições de participações societárias. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor justo do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período projetivo de cinco anos.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os gastos com aquisição e instalação de softwares na incorporação de controladas (transferência de tecnologia) são capitalizados de acordo com os benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia.

Esses custos são amortizados conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. Gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

2.9 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e o seu valor provável de realização (valor residual). As taxas de vida útil são revisadas anualmente pela administração e estão divulgadas na nota explicativa nº 11. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores possam ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído, vendido ou transferido para outra entidade, é baixado. Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os bens e direitos do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos, são avaliados anualmente pela administração para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Independente da não existência desses indícios, para o intangível sem vida útil definida, a Companhia efetua a avaliação de *impairment*, anualmente. Nessa linha, caso o valor contábil de um ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, é reconhecida uma perda no resultado do período.

Em linha com o CPC 01, a Administração da Aterpa e suas controladas avaliou os ativos sujeitos a ajuste de recuperação e não identificou a necessidade de serem efetuados ajustes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. Não há diferença significativa entre o valor da fatura e seu valor presente, devido ao curto prazo para pagamento.

2.12 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

Reconhecidas no balanço a valor justo, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado e não pelo líquido.

2.15 Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados que podem incluir assistência médica, a participação nos lucros, bônus e seguro de vida em grupo. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está apresentada na nota explicativa nº 28.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

Receita de serviços de engenharia

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de engenharia é reconhecida segundo o método de percentagem da conclusão (POC). Segundo esse método, a receita reconhecida em cada exercício é proporcional ao avanço dos custos incorridos, em relação aos custos totais estimados.

Os custos estimados incluem a previsão de gastos diretos e indiretos, incorridos e a incorrer até a entrega total da obra, inclusive os custos adicionais para a desmobilização do local.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para a conclusão dos serviços, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e serão refletidas no resultado do período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas respectivas alíquotas básicas:

<u>Impostos e Tributos</u>	<u>Alíquotas</u>
PIS	0,65%
Cofins	3,00%
ISS	2,00% a 5,00%

As receitas estão apresentadas líquidas dos impostos e contribuições acima.

Os contratos de contribuição executados através de sociedades em conta de participação, nas quais a companhia detém o controle majoritário, foram contabilizados na controladora.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no previsto no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda. Em algumas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(ii) Avaliação de perdas de recuperabilidade (*impairment*) de ágio com base em expectativa de rentabilidade futura.

A Administração da Companhia avalia se os ágios com base em expectativa de rentabilidade futura podem não ser recuperáveis totalmente, como descrito na política contábil mencionado na nota explicativa nº 2.10, com base em premissas e julgamento sobre o teste de *impairment* realizado e o consequente registro de provisões, quando o valor de recuperação for inferior ao valor do ativo registrado.

(iii) Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados ou amortizados durante sua vida útil, até o limite de seu valor provável de realização. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão incluídos nas notas explicativas nºs 10 e 11.

(iv) Provisão para contingências

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado ou quando uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da controladora e do consolidado. A aplicação desses princípios contábeis, em caso de litígios, exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito, além de seu controle. A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e analisando os relatórios emitidos pelos seus consultores externos, visando a avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes das mesmas serem emitidas), a experiência em casos semelhantes e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação. Mais detalhes incluindo valores contábeis estão divulgados na nota explicativa nº 26.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Gestão de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, sem que no entanto, isto a onere.

Similar a outras companhias do mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de endividamento calculado pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA.

Informações pertinentes aos riscos inerentes à operação da Companhia e à utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 5.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

5 Gestão de risco financeiro

A forma de identificação e condução dos riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Os riscos ocorrem pelas oscilações das taxas de câmbio que geram efeitos sobre os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, posições em aberto, expostas à variação de taxas de câmbio do Euro (nota 14).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos sobre os quais incidam juros. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de curto e longo. As taxas de juros sobre estes empréstimos encontram-se mencionadas na nota 14.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, levando em consideração o refinanciamento, a renovação de posições existentes e financiamentos alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia identifica os impactos na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado, selecionando as opções de menor custo. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

A Companhia está exposta a risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas pela Companhia e as taxas de juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2013, parte substancial do endividamento total da Companhia e das suas controladas era denominado em reais e sujeito a flutuação de taxas como a TJLP e o CDI. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos seus empréstimos, resultando em um impacto sobre as despesas financeiras e resultados operacionais.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Risco de crédito

Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e as contas a receber da Companhia. Para minimizar seus riscos, as operações da Companhia são realizadas com bancos de primeira linha e clientes públicos e privados de grande porte. Apesar de não possuir uma carteira de recebíveis diversificada, a Administração entende que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para riscos de crédito.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade da Companhia em cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que as empresas do grupo possam cumprir com suas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Nesse sentido, investe o excesso de caixa em instrumentos financeiros com vencimentos e liquidez apropriados, suficiente para fornecer margens adequadas para fazer frente a seus compromissos.

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

6 Instrumentos financeiros por natureza

	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2013		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	240.079	240.079
Caixa e equivalentes de caixa	32.903	32.903
	<u>272.982</u>	<u>272.982</u>
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2012		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	202.482	202.482
Caixa e equivalentes de caixa	22.617	22.617
	<u>225.099</u>	<u>225.099</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	5.110	12.543	12.363	18.019
Aplicações financeiras	<u>27.793</u>	<u>10.074</u>	<u>37.402</u>	<u>21.194</u>
	<u>32.903</u>	<u>22.617</u>	<u>49.765</u>	<u>39.213</u>

8 Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cientes públicos	58.844	13.978	68.379	18.299
Cientes privados	<u>68.616</u>	<u>45.830</u>	<u>71.252</u>	<u>50.811</u>
	<u>127.460</u>	<u>59.808</u>	<u>139.631</u>	<u>69.110</u>
Medições a faturar - Clientes públicos	136.441	120.309	142.322	122.739
Medições a faturar - Clientes privados	<u>1.127</u>	<u>24.686</u>	<u>1.395</u>	<u>37.195</u>
	<u>137.568</u>	<u>144.995</u>	<u>143.717</u>	<u>159.934</u>
Provisão para risco de crédito	(2.142)	(2.321)	(2.370)	(2.549)
Cessão de Títulos Creditórios	<u>(22.807)</u>	<u>-</u>	<u>(22.807)</u>	<u>-</u>
	<u>240.079</u>	<u>202.482</u>	<u>258.171</u>	<u>226.495</u>

O saldo de medições a faturar referem-se às receitas reconhecidas pelo método de porcentagem de serviços completados – “PoC” (descritos na nota 2.17) que ainda não se encontram faturados.

Em 31 de dezembro de 2013, a Controladora apresentava R\$2.142 (2012 – R\$2.321) estavam “impaired” e provisionados. Enquanto que no consolidado, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de clientes “impaired” e provisionados era de R\$2.370 (2012 – R\$2.549).

Em 31 de dezembro de 2013, haviam saldos de contas a receber de clientes que encontravam-se vencidos, porém não provisionados. Segundo avaliação da administração, estes saldos são recuperáveis e o atraso nos recebimentos é normal dentro do curso das atividades do Grupo.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Investimentos

A composição do saldo de Investimentos e a participação da Controladora nas empresas controladas e coligadas e Sociedades em Conta de Participação (SCP) é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2012	Subscrição (redução) de capital	Ganho com equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2013
Sonel Engenharia S.A.	6.189	-	1.364	7.553
SAF Participações Ltda.	34.479	-	(9.162)	25.317
Hidrelétrica Pimenta Bueno	1.066	34	(29)	1.071
IMPAR Mineração S.A.	1.590	3.124	(3.332)	1.382
Sucursal Peru	79	10.924	(2.185)	8.818
PCH - Pequenas centrais hidrelétricas	2.006	182	-	2.188
Sociedades em Conta de Participação	1.010	-	-	1.010
Outros	4	-	-	4
Total	46.423	14.264	(13.344)	47.343

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos pode ser assim apresentada:

	<u>Investimento</u>		<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>Resultado do exercício</u>		<u>Participação %</u>		<u>Equivalência patrimonial</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2011</u>
Controladas										
Sonel Engenharia S.A.	4.838	3.474	6.048	4.342	1.705	2.656	80	80	1.364	2.125
Ágio na aquisição da Sonel (nota 10)	2.715	2.715	-	-	-	-	-	-	-	-
SAF Participações Ltda.	25.317	34.479	25.317	37.980	(9.162)	(5.303)	100	100	(9.162)	(5.325)
Hidrelétrica Pimenta Bueno	1.071	1.066	2.242	2.231	(58)	(1.653)	50	50	(29)	(827)
Sucursal Peru	8.818	79	8.818	79	(2.185)	(93)	100	100	(2.185)	(632)
Total	<u>42.759</u>	<u>41.813</u>	<u>42.425</u>	<u>44.632</u>	<u>(9.700)</u>	<u>(4.393)</u>			<u>(10.012)</u>	<u>(4.659)</u>
Coligadas										
IMPAR Mineração S.A.	1.382	1.590	2.764	3.179	(6.663)	(5.932)	50	50	(3.332)	(2.966)
Total	<u>1.382</u>	<u>1.590</u>	<u>2.764</u>	<u>3.179</u>	<u>(6.663)</u>	<u>(5.932)</u>			<u>(3.332)</u>	<u>(2.966)</u>
Outros investimentos										
PCH - Pequenas centrais hidrelétricas	2.188	2.006	-	-	-	-	20 a 50	20 a 50	-	-
Sociedades em Conta de Participação	1.010	1.010	-	-	-	-			-	-
Outros	4	4	-	-	-	-			-	-
Total	<u>3.202</u>	<u>3.020</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>			<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>47.343</u>	<u>46.423</u>	<u>45.189</u>	<u>47.811</u>	<u>(16.363)</u>	<u>(10.325)</u>			<u>(13.344)</u>	<u>(7.625)</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Intangível

Durante os exercícios objetos dessas demonstrações financeiras, a rubrica de Intangível apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora			Consolidado		
	Ágio	Licença de software	Total	Ágio	Licença de software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	12.148	2.361	14.509	14.863	2.464	17.327
Adições	-	-	-	-	48	48
Baixas	-	(822)	(822)	-	(854)	(854)
Amortização	-	(87)	(87)	-	(94)	(94)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12.148	1.452	13.600	14.863	1.564	16.427
Adições	-	77	77	-	77	77
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(191)	(191)	-	(207)	(207)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	12.148	1.338	13.486	14.863	1.434	16.297

(1) A taxa de amortização de software é de 10% ao ano

O ágio gerado nas duas aquisições e no montante de R\$ 14.863 foi fundamentado na rentabilidade futura das sociedades adquiridas e não vem sendo amortizado contabilmente, estando sujeito apenas a testes de *impairment*, conforme previsto pelo CPC 01 – Redução ao Valor recuperável dos Ativos. Para fins fiscais sua amortização é permitida e, quando utilizada, é considerada como despesa dedutível para fins de apuração dos montantes a pagar de imposto de renda e da contribuição social.

O ágio classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas refere-se às seguintes operações:

	2013	2012
Ágio pago pela Aterpa na aquisição da CVA (controladora e consolidado)	12.148	12.148
Ágio pago pela Aterpa na aquisição da Sonel (consolidado)	2.715	2.715
	14.863	14.863

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Imobilizado

	Controladora				
			31/12/2013	31/12/2012	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	0	456		456	456
Construções	4	6	(1)	5	6
Máquinas e equipamentos	6,67 a 33,34	162.921	(80.589)	82.332	79.826
Instalações Diversas	10	2.256	(446)	1.810	1.976
Veículos	8,34 a 33,34	62.863	(37.465)	25.398	33.184
Móveis e utensílios	10	2.188	(478)	1.710	1.908
Total do imobilizado		230.690	(118.979)	111.711	117.356
				Consolidado	
				31/12/2013	31/12/2012
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	0	456		456	456
Construções	4	2.226	(1)	2.225	2.245
Máquinas e equipamentos	6,67 a 33,34	182.693	(87.206)	95.487	95.271
Instalações Diversas	10	2.287	(469)	1.818	1.989
Veículos	8,34 a 33,34	69.230	(39.895)	29.335	37.820
Móveis e utensílios	10	2.389	(503)	1.886	1.993
Total do imobilizado		259.281	(128.074)	131.207	139.774

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos de imobilizado está apresentada abaixo:

	Construções	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Instalações diversas	Veículos	Móveis e Utensílios	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6	-	141.413	1.467	56.992	1.428	201.306
Adições	-	456	17.458	728	10.448	973	30.063
Baixas	-	-	(6.469)	-	(2.895)	(147)	(9.511)
Transferências	-	-	849	8	911	(42)	1.726
Saldos em 31 de dezembro de 2012	6	456	153.251	2.203	65.456	2.212	223.584
Adições	-	-	20.960	53	183	324	21.520
Baixas	-	-	(11.290)	-	(2.776)	(348)	(14.414)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	6	456	162.921	2.256	62.863	2.188	230.690
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	63.866	14	25.308	152	89.340
Adições	-	-	14.889	198	8.481	194	23.762
Baixas	-	-	(5.023)	-	(2.096)	(30)	(7.149)
Transferências	-	-	(307)	15	579	(12)	275
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	73.425	227	32.272	304	106.228
Adições	1	-	16.878	219	7.590	224	24.912
Baixas	-	-	(9.714)	-	(2.397)	(50)	(12.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1	-	80.589	446	37.465	478	118.979
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2013	5	456	82.332	1.810	25.398	1.710	111.711

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Custo atribuído (*Deemed Cost*)

Conforme orientado pelo CPC 27, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído ajustando os saldos de abertura dos grupos do ativo imobilizado Máquinas e equipamentos e Veículos, na data de transição, em 1º de janeiro de 2009.

Os efeitos nas classes de ativos decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foram:

	Controladora e Consolidado	
	Máquinas e equipamentos	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2011	28.452	15.146
Baixas	(3.760)	(1.778)
Transferências	(174)	174
Saldos em 31 de dezembro de 2012	24.518	13.542
Baixas	(5.591)	(1.643)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	18.927	11.899
Depreciação		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11.326	6.190
Adições	1.754	2.862
Baixas	(2.922)	(1.167)
Transferências	(16)	16
Saldos em 31 de dezembro de 2012	10.142	7.901
Adições	3.448	2.002
Baixas	(4.495)	(1.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.095	8.562
Saldo Líquido em 31 de dezembro de 2013	9.832	3.337

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Garantias

A Companhia oferece bens do ativo imobilizado, como garantia em financiamentos, no montante de R\$99.297 e R\$104.668 em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 104.769 e R\$99.337 em 31 dezembro de 2012, respectivamente na posição consolidada e Controladora. Esses itens são representados, em sua totalidade, por máquinas e equipamentos.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores representa, basicamente, compromissos da Companhia e suas controladas, por aquisição de insumos necessários à execução dos serviços contratados ou a aquisição de equipamentos com recursos próprios.

Os prazos de vencimentos desses passivos costumam se situar entre 30 e 90 dias da data de entrega e são registrados quando repassados para a Companhia, os riscos e benefícios inerentes aos bens, produtos e serviços prestados.

13 Salários e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações Trabalhistas e Sociais	5.622	7.406	7.621	10.014
Provisões de férias e Encargos	6.081	7.276	7.972	9.066
	<u>11.703</u>	<u>14.682</u>	<u>15.593</u>	<u>19.080</u>

14 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
FINAME	35.556	45.213	38.365	48.365
FINIMP	-	3.696	-	3.696
Leasing	2.548	3.909	2.616	4.189
Recursos aplicação exclusiva	10.123	-	10.123	-
Conta Garantida	14.999	14.989	14.999	16.989
Capital de Giro	36.071	31.530	38.565	31.530
Cessão de recebíveis	20.128	21.934	20.128	22.705
Total	<u>119.425</u>	<u>121.271</u>	<u>124.796</u>	<u>127.474</u>
Passivo circulante	85.602	84.121	88.645	87.448
Passivo não circulante	<u>33.823</u>	<u>37.150</u>	<u>36.151</u>	<u>40.026</u>
Total	<u>119.425</u>	<u>121.271</u>	<u>124.796</u>	<u>127.474</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e sua controladas, estão relacionados, substancialmente, com a aquisição de equipamentos destinados a prestação dos seus serviços de construção. Os descontos de recebíveis foram negociados com coobrigação e a taxa média de desconto é de 11,35% ao ano.

Os valores financiados através FINAME são atualizados com base na variação da TJLP e os valores financiados através o programa FINIMP são atualizados com base na variação do Euro. Os saldos corrigidos são acrescidos de juros que variam entre 5,5% e 7,7% ao ano e têm prazos de vencimento entre janeiro de 2014 e janeiro de 2022. A distribuição do saldo, por ano de liquidação, é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	84.121	-	87.448
2014	85.602	9.865	88.645	10.413
2015	12.605	8.201	13.149	8.746
2016	8.779	6.645	9.323	7.188
2017 a 2022	<u>12.439</u>	<u>12.439</u>	<u>13.679</u>	<u>13.679</u>
Total	<u>119.425</u>	<u>121.271</u>	<u>124.796</u>	<u>127.474</u>

(a) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

15 Debêntures

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Debêntures públicas CVM art. 476 (a)	44.570	-
Debêntures com partes relacionadas (b)	<u>91.788</u>	<u>42.978</u>
Total	<u>136.358</u>	<u>42.978</u>
Passivo circulante	19.580	-
Passivo não circulante	<u>116.778</u>	<u>42.978</u>
Total	<u>136.358</u>	<u>42.978</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Debêntures públicas CVM art. 476

Em 17 de abril de 2013, a Companhia captou o montante de R\$ 50.000 (cinquenta milhões) originários da segunda emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, aprovada AGE realizada em 15 de abril de 2013, conforme demonstrado abaixo:

Características:

- i. Forma e espécie: debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais;
- ii. Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- iii. Garantia: as debêntures possuem garantia fidejussória;
- iv. Prazo e data de vencimento: 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, sendo a última parcela com liquidação em 17 de abril de 2016;
- v. Preço, subscrição e prazo de integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, acrescido de remuneração *pro rata temporis*, verificada a contar da data de emissão até a data da respectiva subscrição, sendo integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição;
- vi. Remuneração: A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida de um *spread* ou, sobretaxa de 3,25% ao ano. Os valores devidos (principal e juros) serão pagos mensalmente. As amortizações de principal e juros começaram a ser realizadas em outubro de 2013.

(b) Debêntures com partes relacionadas

A Companhia realizou 2 emissões de debêntures privadas com suas acionistas (LASA e Fundo NEO). Abaixo encontram-se detalhadas estas emissões.

(b.1) Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de debêntures de 23 de maio de 2012

Em ata de assembleia geral extraordinária de 24 de setembro de 2013, os acionistas da companhia aprovaram a operação e na mesma data, foi celebrado entre a Aterpa e a NEO Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”), o Primeiro Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures, de Espécie Quirografária e Conversíveis em Ações de Emissão da Construtora Aterpa M.Martins S.A., com a Atribuição de Bônus de Subscrição, tendo como Interviente-anuente a Jasa Participações S.A. (“JASA”).

As principais características dessa emissão, após aditamento e consolidação, estão abaixo:

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i. A data de emissão das debêntures foi definida como 03 de outubro de 2013 e cada debênture teve valor nominal unitário definido em R\$ 14.009,50 (quatorze mil e nove reais e cinquenta centavos)
- ii. A emissão foi prevista para ocorrer em duas séries no total de 4.672 (quatro mil, seiscentas e setenta e duas) debêntures, conversíveis em ações ordinárias da Emissora, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, sem garantia real, perfazendo um total de R\$ 65.452.384,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais) na data de emissão;
- iii. A primeira série, no valor de R\$ 44.199.972,50 (quarenta e quatro milhões, cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos) foi integralmente subscrita e integralizadas pelo Fundo em 06 de junho de 2012;
- iv. A segunda série, no valor corrigido de R\$ 22.905.769,56 (vinte e dois milhões, novecentos e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), foi subscrita e integralizada no dia 03 de outubro de 2013;
- v. As debêntures da Terceira Emissão vencerão em maio de 2020
- vi. Será atribuído, gratuitamente, 1 (um) Bônus de Subscrição como vantagem adicional pela subscrição e integralização de cada debênture;
- vii. Conforme estabelecido no Instrumento de Emissão de Debêntures, para cada debênture emitida, subscrita e integralizada, serão emitidos Bônus de Subscrição, nominativos e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados. Os bônus podem ser convertidos a qualquer tempo em ações ordinárias de emissão da Emissora, na proporção de 4.739 (quatro mil, setecentos e trinta e nove) ações ordinárias para cada bônus. Os aumentos de capital, em decorrência do exercício de Bônus de Subscrição, serão realizados dentro do capital autorizado, conforme aprovado na Assembleia Geral de Emissão de Debêntures. Bônus de subscrição não exercidos no prazo de 10 anos a partir da data de integralização, serão automaticamente cancelados;
- viii. Sobre o valor nominal unitário dessas debêntures, incidem atualização diária do IPCA a partir da data de integralização, tendo como base a variação desse índice correspondente ao 2º (segundo) mês antecedente ao mês de atualização. Sobre o valor corrigido, incidem ainda juros de 6,5% (seis, vírgula cinco por cento) ao ano, calculados cumulativamente pro rata temporis dos dias úteis decorridos. Os valores devidos serão pagos trimestralmente, nos últimos dias de fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo o primeiro pagamento dos juros ocorrem em novembro de 2013. O pagamento da correção será feito em conjunto com a amortização a partir de novembro de 2016.
- ix. O acionista principal, no caso a JASA, terá direito de preferência, em igualdade de condições, na aquisição de debêntures ou bônus de subscrição que o Fundo ou qualquer outro debenturista queira alienar. Exceção apenas em caso de alienação cujo adquirente seja pessoa ligada ao Fundo.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) 3ª Emissão de debêntures conversíveis em ações

Em ata de assembleia geral extraordinária de 04 de setembro de 2013, os acionistas da companhia aprovaram a operação e foi celebrado entre a Aterpa e a LASA Participações S.A. (“LASA”), o Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures, de Espécie Quirografária e Conversíveis em Ações de Emissão da Construtora Aterpa M.Martins S.A., com a Atribuição de Bônus de Subscrição, tendo como Interveniante-anuente a Jasa Participações S.A. (“JASA”).

As principais características dessa emissão estão abaixo:

- i. A data de emissão das debêntures foi definida como 03 de outubro de 2013 e cada debênture teve valor nominal unitário definido em R\$ 15.099,39 (quinze mil e noventa e nove reais e trinta e nove centavos);
- ii. A emissão foi realizada em série única no total de 1.517 (hum mil, quinhentos e dezessete) debêntures, conversíveis em ações ordinárias da Emissora, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, sem garantia real, perfazendo um total de R\$ 22.905.774,63 (vinte e dois milhões novecentos e cinco mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos) na data de emissão;
- iii. A série única, no valor de R\$ 4.042.195,52 (quatro milhões e quarenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos) foi integralmente subscrita e integralizadas pelo LASA em 04 de setembro de 2013;
- iv. As debêntures da Terceira Emissão vencerão em maio de 2020.
- v. Será atribuído, gratuitamente, 1 (um) Bônus de Subscrição como vantagem adicional pela subscrição e integralização de cada debênture;
- vi. Conforme estabelecido no Instrumento de Emissão de Debêntures, para cada debênture emitida, subscrita e integralizada, serão emitidos Bônus de Subscrição, nominativos e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados. Os bônus podem ser convertidos a qualquer tempo em ações ordinárias de emissão da Emissora, na proporção de 5.105 (cinco mil, cento e cinco) ações ordinárias para cada bônus. Os aumentos de capital, em decorrência do exercício de Bônus de Subscrição, serão realizados dentro do capital autorizado, conforme aprovado na Assembleia Geral de Emissão de Debêntures. Bônus de subscrição não exercidos no prazo de 10 anos a partir da data de integralização, serão automaticamente cancelados;
- vii. Sobre o valor nominal unitário dessas debêntures, incidem atualização diária do IPCA a partir da data de integralização, tendo como base a variação desse índice correspondente ao 2º (segundo) mês antecedente ao mês de atualização. Sobre o valor corrigido, incidem ainda juros de 6,5% (seis, vírgula cinco por cento) ao ano, calculados cumulativamente *pro rata*

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

temporis dos dias úteis decorridos. Os valores devidos serão pagos trimestralmente, nos últimos dias de fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo que o primeiro pagamento do juros ocorreu em novembro de 2013. A correção será paga somente com a amortização a partir de novembro de 2016.

- viii. O acionista principal, no caso a JASA, terá direito de preferência, em igualdade de condições, na aquisição de debêntures ou bônus de subscrição que o Fundo ou qualquer outro debenturista queira alienar. Exceção apenas em caso de alienação cujo adquirente seja pessoa ligada ao Fundo.

A distribuição do saldo, por ano de liquidação, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
2014	19.580	-
2015	19.354	-
2016	19.636	6.867
2017 a 2022	77.788	36.111
Total	136.358	42.978

16 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
IRPJ	143	87	310	262
CSLL	57	13	166	133
RET	35	-	35	-
	235	100	511	395

17 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
IRRF	1.583	1.123	1.929	1.428
PIS, COFINS, CSLL retidos	57	66	64	66
PIS sobre o faturamento	42	64	78	140
COFINS sobre o faturamento	194	304	359	654
INSS	184	274	206	321
ISSQN	2.392	1.511	2.852	1.988
OUTROS	-	-	459	43
	4.452	3.342	5.947	4.640

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Programa de recuperação fiscal - REFIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivo circulante	2.699		2.818	145
Passivo não circulante	4.417		4.599	287
	<u>7.116</u>		<u>7.417</u>	<u>432</u>

(a) Refis – Lei nº 12.865/2013

A Companhia tinha débitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, objetos do Processo Administrativo nº 15504.731239/2012-73. Aproveitando que a Lei nº 12.865/2013 (art. 17) reabriu o prazo para que os contribuintes aderissem ao parcelamento e anistia da Lei 11.941 para os débitos administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pela Receita Federal do Brasil (RFB) vencidos até 30 de novembro de 2008, em 02/12/2013 a companhia aderiu ao parcelamento em 30 parcelas, de forma a obter a redução 90% das multas e 40% dos juros, tendo pago a primeira parcela em 20/12/2013.

O valor do principal, multa e juros foram devidamente reconhecidos no balanço, e o montante principal de imposto de renda e contribuição social foram lançados nas respectivas rubricas no resultado corrente de 2013.

	<u>2013</u>
Circulante	2.699
Não Circulante	<u>4.417</u>
	<u>7.116</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Imposto de renda e contribuição social

Abaixo encontra-se a reconciliação do imposto de renda e contribuição social com a demonstração de resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social corrente (a)	(1.240)	(3.017)	(2.530)	(4.052)
Movimentação líquida do imposto diferido ativo (b)	16.048	26.126	21.880	31.328
Movimentação líquida do imposto diferido passivo (b)	2.207	2.435	2.252	263
Imposto de renda e contribuição social decorrente do Refis- Lei 12.863/2013 (c)	(3.192)		(3.192)	
Outros		(372)		1
Imposto de renda e contribuição social- demonstração do resultado	13.823	25.172	18.410	27.340

(a) Corrente

A companhia possui operações que são tributadas pelo lucro presumido e operações que são tributadas pelo lucro real. Nas operações sujeitas à apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido através do lucro real, o valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos difere dos impostos efetivamente apurados, conforme encontra-se disposto no quadro abaixo. Nas operações sujeitas à apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido através do lucro presumido, a Companhia optou pela apuração do lucro presumido em bases trimestrais (regime de caixa), tendo os valores apurados e apropriados ao resultado do exercício conforme abaixo.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado			
	2013		2012		2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro real								
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.262)	(26.262)	(72.764)	(72.764)	(31.314)	(31.314)	(78.073)	(78.073)
Exclusão da base do lucro (prejuízo) sujeito à tributação pelo lucro presumido			(1.928)	(1.928)			(1.928)	(1.928)
Base de cálculo sujeito à tributação pelo lucro real (a)	(26.262)	(26.262)	(74.692)	(74.692)	(31.314)	(31.314)	(80.001)	(80.001)
Lucro presumido								
Receita de serviços prestados	21.041	14.237	81.071	81.071	65.012	59.904	115.859	115.859
Alíquota (IRPJ 8%, CSLL 12%)	8%	12%	8%	12%	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo sobre prestação de serviços	1.683	1.708	6.486	9.729	5.201	7.188	9.269	13.903
Base de cálculo das demais receitas	0	0	110	110	0	0	296	296
Base de cálculo dos tributos	1.683	1.708	6.596	9.839	5.201	7.188	9.565	14.199
IRPJ (15%)	252	0	989		780	0	1.434	
Adicional do IRPJ (10%)	72	0	583		341	0	781	
CSLL (9%)	0	154		886	0	647		1.278
IRPJ e CSL Apurados – Lucro presumido	324	154	1.572	886	1.121	647	2.215	1.278
Tributados pelo regime especial de tributação								
Receita de serviços prestados – RET	51.222		19.474	6.059	51.222		19.474	6.059
RET (1% e 6%)	762		195	364	762		195	364
Imposto de renda e Contribuição social correntes	1.086	154	1.767	1.250	1.883	647	2.410	1.642

(b) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos encontra-se abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	2013	Varição	2012	2013	Varição	2012
IR & CS Diferidos Ativos:						
Provisão para demandas judiciais	3.375	64	3.311	3.514	1	3.513
Provisão para bônus e gratificações		(799)	799		(799)	799
Provisão para participação nos resultados	617	617		617	617	
Provisão para devedores duvidosos	(1.417)	(2.209)	792	(1.413)	(2.205)	792
	<u>2.575</u>	<u>(2.327)</u>	<u>4.902</u>	<u>2.718</u>	<u>(2.386)</u>	<u>5.104</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Diferenças Temporárias	<u>41.197</u>	<u>18375</u>	<u>22822</u>	<u>52.088</u>	<u>24.266</u>	<u>27.822</u>
	<u>43.772</u>	<u>16.048</u>	<u>27.724</u>	<u>54.806</u>	<u>21.880</u>	<u>32.926</u>

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora			Consolidado		
	2013	Varição	2012	2013	Varição	2012
IR & CS Diferidos Passivos:						
Receita diferidas	203	121	82	419	76	343
Imposto diferido s/ desagio				1.986		1.986
Diferido sobre Deemed Cost	<u>4.478</u>	<u>(2.328)</u>	<u>6.806</u>	<u>4.478</u>	<u>(2.328)</u>	<u>6.806</u>
	<u>4.681</u>	<u>(2.207)</u>	<u>6.888</u>	<u>6.883</u>	<u>(2.252)</u>	<u>9.135</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As diferenças temporárias de sociedade em conta de participação (“SCP”) e controladas tributadas pelo lucro presumido decorrem da diferença entre a receita apropriada pelo regime de competência e aquela submetida à tributação, obedecendo ao regime de caixa, a qual se realiza em sintonia com a expectativa de realização do contas a receber.

Conforme descrito na nota 11, a Companhia adotou o custo atribuído (“deemed cost”) em 1º de janeiro de 2009, e conseqüentemente contabilizou o imposto de renda e contribuição social referente a esta diferença temporária. Este imposto diferido passivo se realiza a medida que os itens objeto da atribuição do custo atribuído se depreciem ou em decorrência de alienação dos mesmos.

(c) Refis – Lei nº 12.865/2013

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 a Companhia tinha débitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, objetos do Processo Administrativo nº 15504.731239/2012-73. Aproveitando que a Lei nº 12.865/2013 (art. 17) reabriu o prazo para que os contribuintes aderissem ao parcelamento e anistia da Lei 11.941 para os débitos administrados pela PGFN e pela RFB vencidos até 30 de novembro de 2008.

O valor do principal, multa e juros foram devidamente reconhecidos no balanço, e o montante principal de imposto de renda e contribuição social foram lançados nas respectivas rubricas no resultado corrente de 2013, conforme demonstrado abaixo.

	Controladora e Consolidado
	31/12/2013
Lei 12.862/13 - Reabertura Refis	
Imposto de renda	2.570
Contribuição social sobre lucro líquido	622
	3.192

20 Tributos a recolher diferidos

Estão representados por tributos incidentes sobre a diferença entre a receita apropriada pelo regime de competência e aquela submetida à tributação, obedecendo ao regime de caixa, a qual se realiza em sintonia com a expectativa de realização do contas a receber, como a seguir apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2011	2013	2012
PIS	1.206	923	1.327	1.046
COFINS	5.567	4.258	6.124	4.823
ISSQN	2.022	4.706	2.292	4.981
	8.795	9.887	9.743	10.850

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 4 de setembro de 2013, foi aprovada a emissão de 1.366.627 ações ordinárias, totalizando aproximadamente R\$4.042. Estas ações foram totalmente integralizadas pelo novo acionista que foi admitido na estrutura societária – Lasa Participações S.A., conforme descrito na nota 1.

Em 24 de setembro de 2013, foi aprovada a emissão de 1.963.968 ações ordinárias, totalizando R\$4.042. Estas ações foram totalmente integralizadas pela acionista – Neo Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 232.940, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 142.017.964 (cento e quarenta e dois milhões, dezessete mil, novecentos e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal.

(b) Reserva legal

A Reserva legal é constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social, somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A Reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(c) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. A Companhia registra provisão no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos e juros sobre capital próprio superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendos adicionais propostos”. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em assembleia dos Acionistas.

22 Receita

A reconciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita bruta na prestação de serviços	570.610	507.899	681.191	587.357
Impostos sobre serviços	<u>(29.208)</u>	<u>(33.316)</u>	<u>(35.345)</u>	<u>(37.895)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>541.402</u>	<u>474.583</u>	<u>645.846</u>	<u>549.462</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depreciação e amortização	25.497	23.891	29.624	28.261
Gastos com empregados	163.350	161.069	206.894	196.227
Matéria prima, insumos e custo indireto dos serviços prestados	325.956	303.476	387.540	345.332
Despesas administrativas diversas	5.577	22.155	8.489	24.697
Serviços de terceiros	5.892	17.180	7.037	19.571
Receita/Resultado na alienação de imobilizado	(2.331)	(1.242)	(2.342)	(1.383)
Participação sócio oculto nas participações em conta de participação - SCP	2.707	(1.496)	6.842	676
Outras receitas (despesas)	(2.717)	(432)	(2.755)	(6.279)
	<u>523.931</u>	<u>524.601</u>	<u>641.329</u>	<u>607.102</u>
Custo dos serviços prestados	489.882	466.202	596.901	545.222
Despesas administrativas	39.097	60.073	49.525	69.542
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.048)	(1.674)	(5.097)	(7.662)
	<u>523.931</u>	<u>524.601</u>	<u>641.329</u>	<u>607.102</u>

24 Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras				
Juros	1.365	1.599	1.386	1.703
Variações monetárias	1.820	76	1.820	76
Outras receitas financeiras	727	204	1.204	306
Total	<u>3.912</u>	<u>1.879</u>	<u>4.410</u>	<u>2.085</u>
Despesas financeiras				
Juros	(19.777)	(8.061)	(21.513)	(8.116)
Variações monetárias	(1.411)	(454)	(1.411)	(454)
Outras despesa financeiras	(13.365)	(4.455)	(13.970)	(4.684)
Total	<u>(34.553)</u>	<u>(12.970)</u>	<u>(36.894)</u>	<u>(13.254)</u>
Resultado financeiro	<u>(30.641)</u>	<u>(11.091)</u>	<u>(32.484)</u>	<u>(11.169)</u>

25 Lucro básico e diluído por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes ao final de cada exercício contábil, excluindo as ações em tesouraria.

	2013	2012
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(12.691)	(43.562)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	139.666	137.628
Prejuízo por ação – R\$	<u>(0,091)</u>	<u>(0,317)</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Contingências e obrigações legais vinculadas a processos e depósitos judiciais

(a) Causas avaliadas pela Companhia com probabilidade de desfecho desfavorável e classificadas como de perda provável

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável e demais obrigações legais não vinculadas. A Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Em 31 de dezembro de 2013, os riscos contingentes, conforme opinião dos assessores jurídicos, encontram-se descritos no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias	2.472	6.211	2.472	6.211
Cíveis	2.055	1.868	2.055	2.475
Trabalhistas	2.797	1.326	4.012	1.668
Administrativo	-	6.775	-	6.775
Outros	115	-	115	-
Total	7.439	16.180	8.654	17.129
Passivo circulante	2.278	1.755	2.738	2.363
Passivo não circulante	5.161	14.425	5.916	14.766
	7.439	16.180	8.654	17.129

Provisões tributárias referem-se, principalmente, a discussões quanto à adequada interpretação de legislação tributária.

Provisões cíveis estão relacionadas a ações que versam sobre relações de consumo, indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho, decorrentes de prejuízos materiais e morais considerados causados pela companhia, rescisões contratuais e alegados descumprimentos de cláusulas e ações de cobrança de títulos e documentos julgados executáveis.

Provisões trabalhistas consistem, principalmente, de reclamações feitas por ex-empregados, vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e, eventualmente, acidente de trabalho.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação desse saldo é como segue:

							Controladora
	Trabalhista	Cível	Administrativo	Ambiental	Tributário	Provisão Depósitos Judiciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.462	635	-	115	3.110	1.020	6.342
Provisões	1.327	1.868	6.774	-	6.212	-	16.181
Reversões	(1.463)	(635)	-	(115)	(3.110)	(1.020)	(6.343)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.326	1.868	6.774	-	6.212	-	16.180
Provisões	2.403	1.133	-	115	767	-	4.418
Reversões	(932)	(946)	(6.774)	-	(4.507)	-	(13.159)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.797	2.055	-	115	2.472	-	7.439
						Passivo circulante	2.278
						Passivo não circulante	5.161
							7.439
							Consolidado
	Trabalhista	Cível	Administrativo	Ambiental	Tributário	Provisão Depósitos Judiciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.818	635	-	115	3.110	1.133	6.811
Provisões	1.668	2.475	6.775	-	6.211	-	17.129
Reversões	(1.817)	(635)	-	(115)	(3.110)	(1.133)	(6.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.669	2.475	6.775	-	6.211	-	17.130
Provisões	3.418	1.133	-	115	767	-	5.433
Reversões	(1.075)	(1.553)	(6.775)	-	(4.506)	-	(13.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.012	2.055	-	115	2.472	-	8.654
						Passivo circulante	2.738
						Passivo não circulante	5.916
							8.654

(b) Causas avaliadas pela Companhia com alguma chance de decisão desfavorável e perda possível

Em 31 de dezembro de 2013, não foi computado nas demonstrações individuais e consolidadas da Companhia, o montante de R\$ 76.678 referentes às causas trabalhistas, cíveis, e outras, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia apontam para uma probabilidade reduzida de perda ou para aquelas que, pelo fato de ainda não terem sido objeto de análise pelo Judiciário (estão em sua fase inicial, sem sentença), não geram provisionamento.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a tributos federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares, referentes a períodos variáveis, estão sujeitas à revisão. No entanto, na opinião da Administração da Companhia e suas controladas, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial em 31 de dezembro 2013 e não há processos significativos conhecidos contra a Companhia que não tenham sido adequadamente registrados nas demonstrações financeiras para aquelas datas.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrado provisão para contingências dessa natureza.

27 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas decorrem de operações inerentes às atividades da Companhia e tem prazo de duração inferior a 360 dias.

A composição dos saldos referentes a transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2013 está apresentada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Posição no ativo</u>	<u>Posição no Passivo</u>	<u>Posição no ativo</u>	<u>Posição no Passivo</u>
<u>Partes Relacionadas</u>				
Cimcop S.a Engenharia e Comércio	383	-	383	-
Cinzel Engenharia Ltda	1.808	-	1.808	-
Renato Andrade Botelho	13.619	-	13.619	-
Direcional Engenharia Ltda	-	10.824	-	10.824
Edrafe Engenharia Ltda	1.336	1.084	1.336	1.084
Veredas Engenharia Ltda	1.688	-	1.688	-
A Madeira Industria e Comércio Ltda	447	-	447	-
Outros	633	-	306	334
<u>Operações de Mútuo</u>				
Ebate	13.606	-	13.606	-
Famartins Participações e Empreendimentos S.A	1.673	504	1.673	504
<u>Obrigações em Consórcios</u>				
	-	23.102	-	23.102
<u>Direitos em Consórcios</u>				
	8.315	-	8.751	-
	<u>43.508</u>	<u>35.514</u>	<u>43.617</u>	<u>35.848</u>

28 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e resultados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos empregados, após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(b) Seguro de vida em grupo

Os empregados e administradores da Companhia estão segurados por um plano de Seguro de Vida em Grupo onde estão previstos valores devidos em caso de falecimento, invalidez permanente e parcial e auxílio funeral. Esse benefício é concedido a todos os funcionários, indistintamente e está vinculado ao contrato de trabalho.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Riscos cobertos	Em Milhares R\$ Cobertura
Garantia e execução de Obras	Garante o fiel cumprimento das obrigações contraídas pela empresa em licitações ou em cumprimento de contratos de construção, fornecimento de bens ou de prestação de serviços.	60.891
Risco de Engenharia	Riscos inerentes à construção, incluindo incêndios, erro de execução, sabotagens, roubo e furto qualificado, danos causados por vendaval, queda de granizo, entre outros riscos	194.375
Participações em Licitações	Garante indenização até o valor fixado da apólice se o tomador adjudicatário se recusar a assinar o contrato principal nas condições propostas dentro do prazo estabelecido no Edital da Licitação.	38.574
Responsabilidade Civil Geral	Reembolsar o segurado até o limite máximo da importância segurada, das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada e julgada ou em acordo com a seguradora, relativas a reparação por danos involuntários, danos físicos a pessoas ocorridos durante a vigência do contrato e que decorram dos serviços de execução das obras.	7.465
Responsabilidade Civil dos Administradores	Proteção ao patrimônio do executivo, nos casos em que ele é responsabilizado legalmente por prejuízos causados por erro ou omissão na gestão da companhia.	5.000
Seguro de Vida	Garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos cobertos pelas garantias contratadas pelo estipulante e indicadas nas condições especiais e no certificado do seguro.	100

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30 Outras Informações

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013.

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, a empresa poderá optar pela aplicação das disposições a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada. Segundo a avaliação preliminar da Administração, não se espera que a eventual aplicação das disposições da MP 627 tenha impacto relevante sobre a Companhia.

* * *